



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ASSESSORIA CLIC

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva das Salas Cofres.

Assunto: pedido de impugnação. Decisão.

1. Cuidam os autos do PE 90003/2026 para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das salas cofres do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, em Brasília - DF, cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 10/04/2026.
2. O instrumento convocatório dispõe que
 - 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
 - 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3. O inciso [LX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021^{\[1\]}](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação**.
4. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022^{\[2\]}](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022^{\[3\]}](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.
5. Considerando o teor do pedido de Impugnação 4 (SEI nº 51711178) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado (SEI nº 51711307).
6. Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica no Despacho 51 - resposta à impugnação 4 ATLÂNTICO (SEI nº 51761023):

Despacho 51 - resposta à impugnação 4 ATLÂNTICO (SEI nº 51761023)

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Atlântico Engenharia Ltda., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, na qual se questionam, em síntese, as exigências relativas à

comprovação de capacidade técnica vinculada à manutenção de certificação ABNT NBR 15247 e à apresentação de relatório de teste de estanqueidade emitido por organismo certificador, sob alegação de restrição à competitividade e afronta à Lei nº 14.133/2021.

A impugnação é tempestiva e deve ser conhecida. Passa-se à análise de mérito.

Em atenção às impugnações apresentadas, esclarece-se que o **edital não exige certificação das licitantes**, tampouco vínculo com fabricante ou organismo certificador.

A exigência prevista nos itens 10.8.1.2 e 10.8.1.4 refere-se **exclusivamente à experiência da licitante**, sendo a referência à ABNT NBR 15247 apenas **parâmetro técnico de qualidade**, admitindo-se experiência em ambientes equivalentes.

Não há restrição à competitividade, uma vez que:

- não há exigência de certificação;
- não há limitação a fornecedores específicos;
- há comprovação de mercado apto, conforme Pesquisa de Preços realizada.

A exigência é proporcional e justificada pela criticidade do objeto, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU.

Considerando a necessidade de aprimoramento das especificações técnicas constantes do Termo de Referência, especialmente no que se refere ao Grupo 2 – Sala-Cofre do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA);

Considerando os questionamentos e contribuições apresentados no âmbito do certame, que evidenciam a necessidade de melhor definição e alinhamento técnico quanto às exigências relacionadas à norma ABNT NBR 15247;

Considerando o dever da Administração de assegurar a clareza, a objetividade e a adequada definição dos requisitos técnicos, em conformidade com os princípios da legalidade, da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021;

Informa-se que será realizada a **suspensão pontual do Grupo 2 (Sala-Cofre do MDA)**, com o objetivo de aprimorar as exigências técnicas relacionadas à ABNT NBR 15247.

Os Grupos 1 (MAPA) e 3 (INMET) permanecem com regular prosseguimento, tendo em vista a necessidade urgente de manutenção, diante dos riscos operacionais atualmente existentes.

7. O art. 14 do DECRETO Nº 12.642, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - estrutura MAPA dispõe que:

Art. 14. **À Subsecretaria de Tecnologia da Informação compete:**

- I - implementar a estratégia de transformação digital no âmbito do Ministério, em conformidade com as orientações do órgão central do Sisp;
- II - atuar como o órgão setorial do Sisp, orientar as unidades do Ministério quanto aos atos normativos estabelecidos pelo referido Sistema e articular a comunicação com o órgão responsável por sua coordenação central;
- III - **elaborar o planejamento e exercer a governança central das soluções tecnológicas aplicadas no Ministério para a otimização de recursos, investimentos, padrão de desenvolvimento, sustentação, segurança da informação e gestão de dados integrada;**
(...)

8. Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, considerando que à **Subsecretaria de Tecnologia da Informação** tem a competência regimental de planejamento e governança das soluções tecnológicas aplicadas ao MAPA, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida no **Despacho 51 - resposta à impugnação 4 ATLÂNTICO (SEI nº 51761023)** e, no mérito, **INDEFIRO PARCIALMENTE** o pedido de Impugnação 4 (SEI nº 51711178). Dessa forma, informa-se:

a) será realizada a **suspensão pontual do Grupo 2 (Sala-Cofre do MDA)**, com o objetivo de aprimorar as exigências técnicas relacionadas à ABNT NBR 15247.

b) Os **Grupos 1 (MAPA) e 3 (INMET) permanecem com regular prosseguimento**, com abertura da sessão amanhã dia 10/04/2026 às 10h tendo em vista a necessidade urgente de manutenção, diante dos riscos operacionais atualmente existentes.

EDSON MARQUES FILHO

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026](#)

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 09/04/2026, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51770678** e o código CRC **AC5CD9C0**.

Referência: Processo nº 21000.028664/2023-16

SEI nº 51770678